

**José Manuel Moreira. Notícias Médicas, 10 Janeiro. 2001 (supl.)**

Conta-se que na última década do séc. XX, num país cujo nome não importa para esta história, havia uma empresa pública do sector da energia onde os prejuízos se acumulavam ano após ano. Para pôr termo a tal “desgoverno” foi chamado um especialista nacional com créditos firmados no estrangeiro. Ao homem, logo que começou a trabalhar, deparou-se um grande paradoxo. A empresa estava mal e servia mal, mas os fornecedores e toda a muita gente que trabalhava para a empresa estava bem, mesmo muito bem, incluindo naturalmente os trabalhadores.(...)

Não sei se esta situação é comparável à que se vive em empresas públicas de outros países. Mas sei que é semelhante à que se passa com a saúde em Portugal. Os “buracos” financeiros sucedem-se, mas tal como acontece com os remendos em muitas estradas portuguesas, a qualidade dos serviços prestados não dá sinais de melhora.(...)

(...) a saúde está mal e os remédios tardam em curar, mas os diversos sectores e “indústrias” que vivem da (falta de) saúde não se queixam de maus resultados.(...)

A nossa posição tem sido a de recusar, para a saúde tal como para outros dos chamados sectores da chamada área social, a simples dicotomia público-privado. Uma recusa que se torna ainda mais forte quando se dá uma mistura, cara aos modelos de economia mista e feita em nome da defesa do Estado-Providência, que tem levado á promiscuidade do privado e do público. Uma mistura que gerou um Estado gordo e débil, que não cumpre nem faz cumprir a lei.(...)

**Figueiredo Dias. Tempo Medicina, Março 2001 (supl.)**

Quando o jurista põe a exigência do princípio de obtenção pelo médico do consentimento esclarecido do paciente como condição de licitude e de legitimação de qualquer intervenção, sabe que esta situação não é linear.(...)

Quando está em causa o cancro, o respeito pela autodeterminação do doente e pela verdade pode desencadear consequências irreversíveis para a saúde e vida desse doente.(...)

(...) o direito do não saber é, também, uma manifestação indeclinável da própria autonomia.(...)

**Jorge Sampaio. Notícias Médicas, 15 Dezembro 2000**

Quando olhamos para o que se passou nas últimas décadas em Portugal, não temos dúvidas em identificar a grande responsabilidade dos médicos portugueses na melhoria de diversos indicadores de saúde. Falo, em especial, de resultados no estado de saúde das populações, como são as taxas de mortalidade infantil, perinatal ou materna, ou de melhoria da sua qualidade de vida. Repito: em grande parte, esta situação deve-se aos médicos, à sua excelente formação, ao seu empenho profissional. À sua particular relação com os doentes.(...)